

RECURSO ESPECIAL Nº 1.712.215 - SP (2017/0275998-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : BERGAMAI SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PÁDUA SOUBHIE NOGUEIRA - SP139461
ANTONIO CEZAR PELUSO E OUTRO(S) - SP018146
LUCIANA PINTO DE AZEVEDO - SP263763
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SÉRGIO LUÍS DA COSTA PAIVA E OUTRO(S) -
SP078495

DECISÃO

Vistos.

Fls. 1.330.1.335e: Trata-se de petição da Recorrente, ora Embargante informando que as partes compuseram amigavelmente, perante o Juízo de 1º grau, objetivando o encerramento definitivo da ação, uma vez que o acordo já foi homologado por sentença.

A 1ª Turma desta Corte, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Interno da Requerente (fls. 1.279/1.301e), mantendo decisão monocrática que não conheceu do Recurso Especial interposto (fls. 1.218/1.229e).

Opostos Embargos de Declaração (fls. 1.304/1.311e) e apresentada impugnação (fls. 1.314/1.321e), os autos foram pautados para sessão eletrônica da 1ª Turma de 03 a 09.12.2019.

A Embargante requer o reconhecimento da perda superveniente do interesse recursal (fl. 1.330e).

É o relatório. Decido.

A Embargante apresentou petição comunicando o acordo (fl. 1.330e), com a expressa anuência da Municipalidade Embargada (fl. 1.332e) e devidamente homologado, por sentença, nos autos principais, a Ação de Reintegração de Posse n. 0017300-79.2001.826.0053, do Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP, em 22.11.2019 (fl. 1.334e).

Em 28.11.2019 determinei a retirada dos Embargos de Declaração pautado para sessão virtual da 1ª Turma de 03 a 09.12.2019 (fl. 1.337e).

Nesse contexto, patente a prejudicialidade dos Embargos de Declaração pela

Superior Tribunal de Justiça

perda superveniente do interesse recursal do recurso especial.

Posto isso, reconheço a perda superveniente do interesse recursal, julgando **prejudicado** o recurso, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015.

Após determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora